

**Análise da Violência Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: Revisão Sistemática de  
Literatura**

***Analysis of Intrafamily Violence Against Children and Adolescents: a Systematic Literature  
Review***

Reynara Luciane Tanan dos Santos<sup>1</sup>

Thayssa Cristina Conceição Cortes<sup>2</sup>

**Resumo**

*O artigo tem como objetivo analisar a literatura nacional científica a respeito da violência contra crianças e adolescentes a fim de investigar quem são os principais autores e como é compreendida a violência intrafamiliar entre os familiares e profissionais. Tem como método uma revisão sistemática de literatura, sendo analisados 15 artigos empíricos encontrados nas bases de dado Scielo, Pepsic e Redalyc. Observou-se que existe uma dificuldade na compreensão da violência intrafamiliar entre os familiares e os profissionais de saúde, pois algumas práticas são justificadas como uma forma de educar e punir, e foi visto que a mãe aparece como a principal autora na prática de algumas violências.*

**Palavras-chave:** *violência intrafamiliar; crianças; adolescentes; prática coercitiva.*

**Abstract**

*The article aims to analyze the national scientific literature on violence against children and adolescents, in order to investigate who are the main authors and how intrafamily violence is understood among the family members and professionals. Its method is a systematic literature review, being analyzed fifteen empirical articles, found in the databases of Scielo, Pepsic and Redalyc data. It is concluded that there is a difficulty in understanding intrafamily violence among family members and health professionals, because some practices are justified as a way of educating and punishing, and it was seen that the mother appears as the main author in the practice of some violence.*

---

<sup>1</sup> Psicóloga clínica, pós-graduanda em Terapia Familiar (FAVENI) e em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSAL). Endereço para correspondência: reynaraltanan@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Endereço para correspondência: thay\_cortes\_@hotmail.com.

**Keywords:** *intrafamily violence; children; teenagers; coercive practice*

## Introdução

O conceito de família é entendido de diversas formas, podendo esta ser compreendida como sistema ou grupo formado por indivíduos que convivem entre si, por afeto, pertencimento, laços consanguíneos e/ou por fazerem parte daquele contexto. Para Minuchin (1982, In Antoni & Koller, 2000), a família é um sistema aberto e em transformação constante pela troca de informações com os sistemas extrafamiliares, ou seja, há interação em diversos meios sociais além da família, como escola, comunidade, igreja e trabalho.

A família é o primeiro sistema em que o ser humano interage, existindo funções tais como socialização, segurança, cuidado, educação, proteção, suporte emocional e físico das necessidades da criança ao longo do seu crescimento (Böing & Crepaldi, 2016) e papéis como o parental, o conjugal e o fraternal, podendo existir relações de poder e expectativas de acordo com a sociedade na qual a família faz parte. Na relação entre pais e filhos, existem os estilos parentais que são as formas como esses interagem com os filhos a partir do tom de voz, da linguagem corporal, descuido e mudanças de humor e usam as suas crenças e valores para basear as metas educativas (Böing & Crepaldi, 2016; Darling & Steinberg, 1993 In Weber et al., 2004).

Os estilos parentais são: 1) autoritativo – os pais incentivam o diálogo entre seus filhos, compartilhando o raciocínio diante de algumas atitudes tomadas; solicitam argumentação quando os filhos não concordam com o que foi dito e reconhecem que seus filhos possuem interesses próprios; 2) autoritário – nesse estilo parental, os pais moldam, controlam, observam e avaliam o comportamento dos filhos de acordo com suas regras de ações e condutas determinadas e absolutas, valorizando a obediência como uma qualidade e são a favor de práticas punitivas para lidar com aspectos das crianças que entram em conflito no qual eles julgam ser correto; e 3) permissivo – aqui, os pais tentam comportar-se de modo não-punitivo e receptivo perante aos desejos, às exigências, às vontades e às ações da criança, apresentando-se como um recurso ou auxílio para a realização das suas vontades e não um modelo responsável por orientar seu comportamento. Esse estilo parental foi dividido em duas categorias: indulgente e negligente. No primeiro, há uma combinação entre baixo controle e alta responsividade; os pais são afetivos e comunicativos, tendem a satisfazer as demandas, não determinam regras nem limites, contribuem pouco para a responsabilidade e maturidade dos seus

filhos. No segundo, os pais não são exigentes nem responsivos, demonstrando pouco envolvimento na socialização da criança e tendem a manter seus filhos a distância, respondendo apenas as necessidades básicas, podendo ser associada a algum tipo de maltrato (Baumrind, 1966; Maccoby & Martin 1983 In Weber et al., 2004).

As relações entre os membros causam um impacto no convívio dos mesmos, pois há uma mútua interação de modo que, o que acontece com um membro da família pode afetar todo o sistema familiar, incluindo as crises familiares, as quais podem vir a acontecer e, com isso, as relações podem ficar disfuncionais, como divórcios dos pais, morte, empobrecimento súbito, desemprego, endividamento, medo da perda de emprego, violência, falta de proteção, afeto e cuidado aos filhos no subsistema parental, podendo, assim, acarretar trocas de funções de papéis dos membros da família (Antoni & Koller, 2010). Dentre algumas dessas crises que podem afetar o sistema familiar, está a violência intrafamiliar. Este tipo de violência pode vir a acontecer porque, muitas vezes, o subsistema parental utiliza o estilo autoritário e negligente na relação com os filhos: falta de proteção, responsividade, cuidado, prática educativa punitiva e abuso do poder.

A violência é um fenômeno sócio-histórico e existem diversas formas, como a verbal, o uso de força física, o constrangimento, o abuso de poder, o abuso sexual, entre outros. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência pode ser vista como o uso da força física ou autoridade, em ameaça ou no ato, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, prejuízos no desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

A violência contra crianças e adolescentes não deve ser vista apenas pela violência física, sexual e psicológica, mas também pela negligência, a humilhação, violação de direitos, o abuso de poder dos pais e responsáveis, objetificação, pondo medo e usando algum ato violento como punição (Moreira & Souza, 2012; Matias et al., 2013; Day et al., 2003). É difícil detectar entre os membros da família, pois, às vezes, utilizam algum tipo de violência como uma forma de educar. Em nossa cultura, apanhar dos pais faz parte do cotidiano familiar (Assis & Deslandes, 2006; Rocha & Moraes, 2011; Carinhanha & Penna, 2012; Rosa & Lira, 2012). Também pode ser justificada pelo fato de pais ou cuidadores que sofreram violência durante a infância ou que foram criados de forma muito severa; em alguns casos, podem vir a desenvolver a mesma forma de prática educativa na criação de seus filhos (De Antoni, Teodoro, & Koller, 2009; Antoni & Koller, 2010; Moreira & Souza, 2012).

Day et al. (2003) apontam que as estratégias coercitivas têm sido utilizadas na educação de crianças há tempos, os maus-tratos vêm acompanhando a trajetória humana desde a antiguidade e, ao longo da história, esse tipo de estratégia fez, e ainda faz, parte do cotidiano de muitas famílias. Esse padrão foi se modificando com o tempo, mas ainda se encontra enraizada na sociedade a cultura da violência, entendida como forma de educação dos filhos. Para que essas estratégias severas pudessem diminuir, foi sancionada, em 2014, a Lei n. 13.010 conhecida como “Lei da Palmada”, que determina que as crianças e os adolescentes devem ser educados sem a utilização de castigo corporal ou de tratamento cruel e degradante (Magalhães et al., 2017).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode ser cometida por algum membro da família, o qual pode ou não ter laços consanguíneos, mas assume função parental, ou possui uma relação de poder a algum familiar e exprime qualquer ato ou descuido que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica da criança e/ou do adolescente (Brasil, 2010; Rocha & Moraes, 2011; Maia et al., 2017; Magalhães et al., 2017; Day et al., 2003). Logo, essa violência é classificada como qualquer tipo de relação de abuso aplicado no contexto específico do núcleo familiar contra qualquer um dos integrantes e marcado por subordinação, desigualdade e dominação (Moreira & Sousa, 2012; Fonseca et al., 2012).

A violência é um fenômeno cultural, um problema social (Moreira & Souza, 2012) e desorganiza tanto de forma individual como coletiva toda uma estrutura familiar, podendo ser um modelo de relacionamento e crenças que acompanham a história familiar daquele grupo. Os tipos de violência intrafamiliar são: a) violência psicológica, como ameaças, xingamentos, humilhação, chantagem, ridicularização, desvalorização; b) a violência física, como bater, dar socos, queimar; c) sexual, como carícias, manipulação das genitálias, pornografias, exibicionismo, inclusive o ato sexual sem ou com a penetração; e d) negligência, como a falta de cuidado básico, como alimentação, higiene, vestimenta, moradia, e o abandono (Rocha & Moraes 2011, Magalhães et al., 2017; Rosa e Lira, 2012; Brasil, 2010; Day et al., 2003).

Diante das condições pessoais, familiares e sociais, as possíveis causas da prática violenta no meio familiar são membros que se distribuem desigualmente em autoridade e poder, por exemplo, os pais, filhos mais velhos, centradas em papéis e funções indefinidas; níveis de estresse permanente, em que existe uma dificuldade no diálogo e, assim, acaba-se agindo de forma agressiva; repetição do modelo familiar violento da sua história de origem; incidência de uso de drogas e histórico criminal de

algum dos membros da família (Brasil, 2002). Essas informações foram retiradas do caderno de orientação para as práticas em serviços dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), então é possível que essas causas específicas possam estar associadas ao contexto economicamente desfavorecido.

A violência pode estar em todos os meios sociais, mas existe uma probabilidade maior de acontecer nas famílias menos favorecidas economicamente, pois, às vezes, os adolescentes precisam trabalhar e cuidar dos seus irmãos; as famílias são chefiadas por mulheres; as meninas podem ter filhos cedo e ter várias gerações na mesma casa; e esses fatores podem, então, aumentar o nível de estresse e, assim, acontecer algum tipo de violência (Adas Saliba Garbin et al., 2012).

Em uma pesquisa feita em Araçatuba-SP com 372 adolescentes com idades entre 14 a 17 anos, foi verificado que 73% dos adolescentes relataram ter sofrido pelo menos algum tipo de violência durante a infância. A violência emocional foi a mais prevalente nos graus leve (28,7%) e moderado (9,2%). Outra pesquisa citada pelos autores mostra que a violência emocional apareceu em 8% dos casos, não estando de acordo com a pesquisa feita por eles. Vale ressaltar que a violência emocional foi descrita pelas vítimas de acordo com as suas experiências (Adas Saliba Garbin et al., 2012).

Geralmente crianças menores do gênero masculino sofrem mais agressões físicas fatais e não fatais. As meninas correm mais riscos em relação ao infanticídio, ao abuso sexual, à negligência educacional e nutricional e à prostituição forçada (Matias et al., 2013). Em geral, afeta mais as crianças do que os adolescentes em função de sua maior fragilidade física e emocional (Brasil, 2010).

O problema da violência intrafamiliar é algo que compete a várias esferas, como a Instância Jurídica, a Saúde Pública, os Direitos Humanos, os da Criança e do Adolescente, a Segurança Pública. A responsabilidade ao combate da violência contra crianças e adolescentes deve ser dada no envolvimento de todos esses setores em conjunto, e cabe aos profissionais serem capacitados para o enfrentamento das dificuldades para resolução da situação conflituosa. O ponto inicial para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente passa por romper os pactos de silêncio por meio de algum membro da família ou profissionais, e esses precisam informar aos familiares sobre os tipos de violência. Ao haver a quebra do silêncio, torna-se mais fácil a elaboração de intervenções, levando sempre em conta os aspectos econômicos, sociais e culturais de cada família.

Este artigo tem como objetivo analisar a literatura científica nacional a respeito da violência contra crianças e adolescentes a fim de investigar quem são os principais autores e como é

compreendida entre os familiares e profissionais. Faz-se significativo pesquisar e debruçar sobre esse tema, pois os índices de violência intrafamiliar vêm alcançando um grande número de crianças e adolescentes. Em um levantamento feito pelo Ministério dos Direitos Humanos em 2017, foi visto que pelo menos 130 mil crianças e adolescentes foram negligenciados, violentados psicologicamente e abusados sexualmente (Relatório Digital-Balanço Anual, 2017). Em muitas dessas ocorrências, não há notificação por ser tratado como algo naturalizado (Magalhães et al., 2017).

Apesar de o Brasil dispor de leis que protegem as crianças e os adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os recursos jurídicos e o sistema de proteção não têm conseguido diminuir a ocorrência da violência ou amenizar seus efeitos (Magalhães et al., 2017), o que leva à urgência de um número maior em pesquisas que discutam essa temática, bem como a desnaturalização da agressão física como forma de punição, apresentando, aos familiares e profissionais, os efeitos que podem causar no desenvolvimento das crianças e adolescentes e que existem outras práticas educativas.

## **Método**

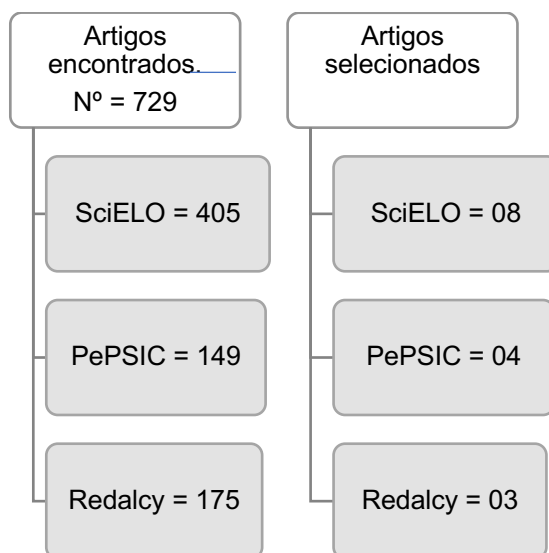
Neste artigo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura que visa buscar, identificar, selecionar, avaliar e analisar, de forma crítica, os resultados dos artigos empíricos encontrados a partir da seleção e análise de artigos (Koller et al., 2014). Para coletar os dados necessários, foram utilizadas as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic) e Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc). A busca por artigos foi realizada por meio das palavras-chave: violência doméstica, violência intrafamiliar, violência, família, Psicologia, crianças e adolescentes.

O estudo avaliou resultados obtidos por intermédio de artigos empíricos publicados entre 2008 e 2019. Assim, como critério de inclusão, os artigos apresentavam resultados que abordavam como os profissionais e os familiares compreendem a violência intrafamiliar, as possíveis consequências para os filhos sobre a violência intrafamiliar e a não identificação da violência, além desses critérios, traziam elementos que se fizeram importantes para a construção da pesquisa.

A análise dos artigos ocorreu no período de 2019 e nas pesquisas realizadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic) e Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc).

Foram encontrados, ao todo, 729 artigos que abordavam o tema violência intrafamiliar, sendo selecionados 15 apenas, pois atendiam aos critérios de inclusão.

Foram excluídos 714 artigos, pois apresentavam as seguintes características: violência doméstica contra a mulher; abuso sexual infantil; violência contra idosos e adolescentes que vivem com HIV/AIDS.



**Figura 1.** Processo de seleção dos artigos

Após a seleção dos artigos, como mostra a Figura 1, os artigos foram organizados em ordem crescente do ano de publicação, levando-se em consideração os autores, os participantes, os objetivos e os resultados. Todos os artigos selecionados estão dispostos na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1

**Levantamento dos artigos**

AUTOR/A NO	PARTICIPANTES	OBJETIVO	RESULTADOS
ANTONI; KOLLER, 2010.	Uma família formada pelo pai, 37 anos, a mãe com 34 anos e dois	Compreender o fenômeno da violência física em uma família pelo viés dos	O resultado do artigo mostrou que as interações eram marcadas por

	filhos dessa relação, com idades de 18 anos e 11 anos.	pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.	severas agressões corporais e verbais, utilizadas como estratégias de comunicação e como forma de relacionamento entre todos os seus membros.
NASCIMENTO ROCHA et al., 2011.	Nove ACS, todas do sexo feminino, com faixa etária de 30 a 48 anos.	Conhecer as ações adotadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) mediante a suspeita ou confirmação de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e descrever as dificuldades e/ou facilidades encontradas nas ações dos ACS	Foi apontado nos resultados deste artigo que existe uma dificuldade dos familiares e de alguns profissionais identificarem algum tipo de violência intrafamiliar e a falta de apoio de alguns órgãos competentes para a resolução do problema
RAMOS; SILVA 2011.	21 profissionais, sendo cinco agentes comunitários de saúde, cinco médicos generalistas, cinco	Saber como profissionais da Estratégia Saúde da Família atuam ao se deparar com situações de violência doméstica contra a criança.	No resultado do artigo foi mostrado a dificuldade que os profissionais de saúde têm em identificar a violência intrafamiliar e

	auxiliares de enfermagem, cinco enfermeiros e um cirurgião dentista.		também algumas consequências causadas por algum tipo de violência.
ROCHA; MORAES, 2011.	278 crianças com idades entre 6-10 anos e primogênicas, junto com suas famílias, 231 mães faixa etária entre 20-29 anos, 12 pais e 35 outros responsáveis com funções parentais.	Estimar a prevalência e caracterizar a Violência Familiar contra Crianças (VFC) adscritas ao Programa Médico de Família de Niterói/RJ, discutindo possibilidades de atuação das equipes visando à prevenção, detecção precoce e acompanhamento de famílias em situação de violência.	A agressão psicológica ocorreu em 96,7% (IC 95%: 94,7-98,8) dos domicílios. O castigo corporal foi referido por 93,8% (IC 95%: 92,0-96,7) dos respondentes. A violência física menor e a grave foram praticadas por 51,4% (IC 95%: 45,5-57,3) e 19,8% (IC 95%: 15,1-24,5) das famílias, respectivamente. A mãe foi a principal autora de todos os tipos de maus-tratos, embora a maioria das crianças sofra agressões psicológicas e punições corporais por parte de ambos os pais.

FONSECA et al., 2012.	Crianças com idades entre 0 a 9 anos, sendo 177 meninos e 123 meninas.	Analisar a reincidência de violência infantil no Município de Curitiba-Paraná e compreender o fenômeno com base na perspectiva de gênero.	Verificou-se que nesta pesquisa a totalidade dos casos foi de violência intrafamiliar e a reincidência mais frequente foi a negligência, tendo com principal agressora a mãe. A violência sexual aparece mais entre as meninas, com casos reincidentes no mesmo tipo ou com a negligência antecedendo.
ROSA; LIRA, 2012.	Quatro famílias, com a participação de 13 pessoas, sendo seis homens e sete mulheres.	Compreender o processo de superação de famílias envolvidas em episódios de violência intrafamiliar, contra seus filhos. Explora opiniões de autores acerca da importância da rede de apoio social e afetivo, na superação da	A violência ocorreu em cada família representando uma dificuldade para os participantes e uma tendência dos autores em não admitir o fato. A violência foi motivada na maioria das vezes como forma de punição e corrigir

		violência, praticada por pais contra seus filhos.	algum comportamento, isso esteve presente nas falas dos entrevistados.
CARINHA NHA; PENNA, 2012	11 adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos.	Compreender a vivência da violência na ótica das adolescentes acolhidas em instituições de abrigamento	As adolescentes, de modo geral, identificaram claramente a natureza dos atos de violência que existem: física (bater), psicológica (tratar mal) e sexual (abuso sexual). Contudo, mais da metade das adolescentes entrevistadas teve dificuldade em assumir a vivência de situações de violência.
ADAS SALIBA GARBIN et al., 2012.	180 adolescentes do gênero feminino e 192 do gênero masculino. A idade deles variou entre 14 e 17 anos.	Evidenciar a prevalência de situações de violência intrafamiliar experimentadas por adolescentes, durante a infância.	O artigo mostrou nos seus resultados que do total de 372 adolescentes, 72,3% (269) relataram sofrer pelo menos um tipo de violência durante

			<p>a infância. Notou-se que a violência emocional foi mais prevalente que as demais nos graus leve (28,7%) e moderado (9,2%); e os adolescentes do gênero masculino sofreram mais violências do que os do gênero feminino, com exceção dos tipos “sexual” e “emocional”.</p>
<p>MATIAS; NASCIMENTO; ALCHIERI, 2013.</p>	<p>54 profissionais de saúde das 06 (seis) ESF compostos por 03 profissionais médicos, 06 enfermeiros, 05 técnicos de enfermagem, 05 Auxiliares de Consultório de dentista (ACD) e 33 Agentes Comunitários de Saúde ACS.</p>	<p>Refletir sobre as ações de saúde das Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Pau dos Ferros/RN, quanto à identificação, à prevenção e à intervenção na violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p>	<p>Existe uma dificuldade dos profissionais de saúde identificarem a violência intrafamiliar e quando reconhecem não notificam, muitas vezes por descuido ou por não conhecer o protocolo para isso. E as consequências da violência como baixa autoestima, agressividade,</p>

			hostilidade, empobrecimento das habilidades.
MACHADO et al., 2014.	25 profissionais: enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde.	Conhecer os tipos de violência intrafamiliar identificados pelos profissionais das equipes da (ESF) e descrever as estratégias de intervenção implementadas pelos profissionais das equipes de saúde da família (ESF) nas situações de violência.	Foi apontado no resultado desta pesquisa que os discursos dos profissionais das equipes da ESF retrataram a negligência contra a criança, principalmente envolvendo a falta de cuidado e acompanhamento infantil; manifestações da violência física e psicológica contra a criança, como o espancamento e a ameaça; violência psicológica contra a criança no contexto intrafamiliar, ao destacarem a perda do controle

			emocional da mãe e a agressão verbal.
COSTA et al., 2015.	15 profissionais de nível superior que atuam em USF. Nove enfermeiros, quatro dentistas e dois médicos. Destes, dois eram do sexo masculino.	Investigar as concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.	Apontou a não identificação de alguns tipos de violência intrafamiliar pelos profissionais de saúde e familiares, sendo percebida pelos profissionais apenas a agressão física, por deixar algumas marcas e ser mais explícita. Trouxe também que a violência pode ter algumas consequências no desenvolvimento emocional comprometendo o bem-estar e o desempenho psicossocial das crianças e adolescentes.
SCHEK et al., 2016.	15 profissionais entre eles seis enfermeiros, dois médicos e dois	Identificar, com base no discurso dos profissionais, suas concepções a respeito	Os profissionais deste estudo reconheçam a violência intrafamiliar

	<p>Agentes Comunitários de Saúde, dois Conselheiros Tutelares, dois psicólogos e uma Assistente Social, 14 eram do sexo feminino e um do sexo masculino, com média de idade de 46 anos.</p>	<p>da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.</p>	<p>contra crianças e adolescentes como um problema capaz de comprometer a saúde e o desenvolvimento das vítimas, mas muitas vezes deixam de notificar a violência por ser um problema privado das famílias, as quais podem determinar a forma como querem lidar com o problema</p>
<p>MAGALHÃ ES et al., 2017.</p>	<p>Oito adolescentes, sendo cinco meninas e três meninos, com idades entre 12 e 18 anos.</p>	<p>Desvelar a violência intrafamiliar vivenciada por adolescentes e identificar se estas(es) se reconhecem em tal situação.</p>	<p>Foram evidenciadas algumas falas dos adolescentes que nos remete para uma infância e adolescência marcada por privações econômica e de afeto, rejeição, culpabilização, ofensas, humilhações, agressões físicas. Essa realidade compromete a</p>

			<p>integridade física;</p> <p>desencadeia</p> <p>adoecimento mental,</p> <p>expresso pelo</p> <p>sentimento de</p> <p>tristeza, pelo</p> <p>isolamento social,</p> <p>pela autolesão e pelo</p> <p>pensamento suicida;</p> <p>interfere no</p> <p>desempenho escolar</p> <p>e vulnerabiliza as (os)</p> <p>adolescentes para o</p> <p>uso de bebida</p> <p>alcoólica. E existe</p> <p>uma dificuldade dos</p> <p>adolescentes</p> <p>identificarem alguns</p> <p>tipos de violência.</p>
MAIA et al., 2017.	658 jovens, com idades entre 13 e 24 anos, sendo 55,6% meninas e 35,0% meninos.	Identificar a exposição à violência contra adolescentes e jovens no contexto familiar, caracterizando os principais autores e tipos de violência	Os resultados mostraram altos percentuais de violência física e psicológica, indicando que a exposição à violência é real no contexto familiar desses jovens. A mãe e o pai apareceram como os

			principais agressores nas situações da violência física, apontando a mãe como a principal perpetradora da violência intrafamiliar.
MAGALHÃ ES et al., 2017.	Oito adolescentes, cinco meninas e três meninos, com idades entre 12 e 18 anos.	Desvelar as expressões da violência vivenciadas por adolescentes.	O artigo mostrou que as adolescentes conviviam em um contexto marcado por alguns tipos de violência como a negligência, abandono, violência moral, psicológica e física, perpetradas por pais e mães. O estudo também nos alerta para a naturalização da violência intrafamiliar, socialmente arraigada na crença da educação dos filhos a partir de medidas punitivas e coercitivas, mais comumente por meio

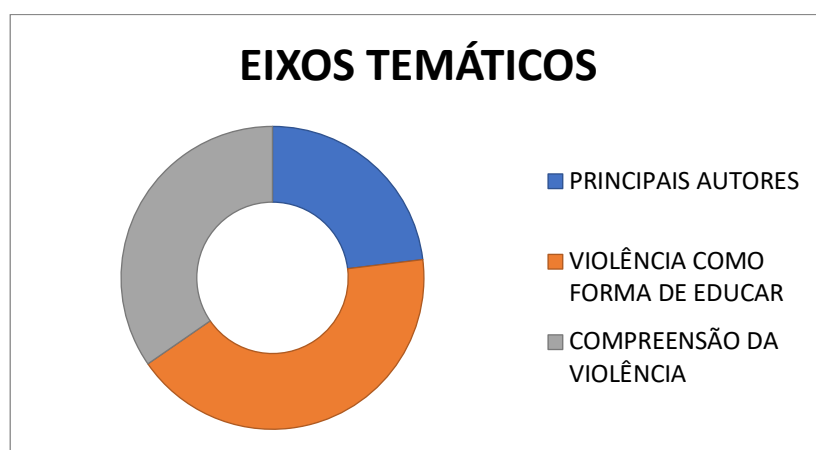
			de castigos e agressões físicas.
--	--	--	----------------------------------

Nota. Elaborado pelos próprios autores com recursos próprios da pesquisa.

## Resultados e Discussão

De acordo com a leitura e análise das pesquisas encontradas, os temas que mais se destacaram nas discussões dos artigos serão apresentados a seguir como eixos temáticos: 1) principais autores da violência; 2) uso da violência como forma de educar; e 3) compreensão da violência pelos profissionais de saúde.

O gráfico a seguir mostra, de forma quantitativa, os temas que mais se destacaram nos artigos.



**Figura 2.** Principais temas encontrados nos artigos

### Principais autores da violência

A família é o primeiro sistema a prover os cuidados essenciais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, no entanto se observa que pessoas que possuem laços familiares, conjugais, de parentesco ou algum vínculo afetivo, como pai, mãe, madrastas, irmãos, primos, tios e avós podem cometer algum tipo de violência (Machado et al., 2014; Moreira & Souza, 2012; Maia et al., 2017; Antoni & Koller, 2010).

Mesmo sendo observado que a violência intrafamiliar pode ser cometida por algum dos membros da família, foi apontada a mãe como a principal autora, principalmente na violência física, psicológica e na negligência (Zuma, 2004; Rocha & Moraes, 2011; Franzin, Franzin, & Moysés, 2012; Assis & Deslandes, 2006; Fonseca et al., 2012). Foram usados como instrumentos da violência física

cintos, sandália, tamanco e vassouras; na violência psicológica, insulto, desprezo, crítica ou ameaças de abandono; e em relação à negligência, foi apontado a falta de cuidados básicos como educação, saúde, nutrição (Machado et al., 2014). Mesmo que a figura materna seja apontada como a principal autora, não descarta a possibilidade de a violência intrafamiliar ser cometida por outros membros da família.

É importante pensar de forma crítica nos motivos pelos quais a mãe aparece como a principal autora, tendo em vista a decorrência de uma maior interação, convivência com os filhos e a rotina doméstica culturalmente atribuída às mulheres (Assis & Deslandes, 2006; Rocha & Moraes, 2011; Fonseca et al., 2012). E pelas novas configurações familiares, por exemplo, as famílias monoparentais femininas, sendo a mulher a principal responsável pela organização familiar, educação e sustento dos filhos, podendo causar maiores níveis de estresse e assim ter algumas atitudes violentas (Maia et al., 2017; Scheck, 2016).

### **Uso da violência como forma de educar**

Os autores da violência muitas vezes buscam criar os seus filhos de forma severa, no mesmo padrão que foi criado na sua infância, em que havia altos níveis de exigência. Os filhos provavelmente repetirão esse mesmo padrão, continuando com o ciclo da violência (De Antoni, Teodoro, & Koller, 2009; Rocha et al., 2010; Rocha & Moraes, 2011; Antoni & Koller, 2010).

A violência cometida contra crianças e adolescentes muitas das vezes são justificadas culturalmente como forma de educar, solução de conflito e punição de um comportamento que seja considerado inadequado para aquela família (Rocha & Moraes, 2011; Brasil, 2010; Rosa & Lira, 2012; Nascimento Rocha, 2011; Fonseca et al., 2012, Magalhães et al., 2017; Carinhonha & Penna, 2012; Antoni & Koller, 2010). Por conta dessas justificativas, algumas crianças e adolescentes consideram que são merecedores desses atos violentos cometidos pelos pais por terem feito algo de errado, não realizar atividades domésticas e escolares, não terem limites, serem rebeldes e terem mau desempenho na escola (Assis & Deslandes, 2006; Rocha & Moraes, 2011). Em alguns estudos, adolescentes relataram que “apanhar é normal” e que “família que não tem briga não é família” (De Antoni & Koller, 2000).

Diante disso, percebe-se que existe uma dificuldade de os pais e filhos identificarem o uso das agressões como violência justamente por ser algo que já está naturalizado e por ser um modelo

transmitido por longas gerações como uma prática educativa, agindo da mesma forma que seus pais agiam, criando os filhos com rigidez e punição física (Carinhonha & Penna, 2012). Como mostra a fala de um pai no estudo de Antoni e Koller (2010), “Os pais têm que bater com um pedaço de pau, ferro, o que tiver na mão. Podem bater em qualquer parte do corpo, inclusive na cabeça. O objetivo principal é machucar, a criança aprenderá que não deve repetir o comportamento”. Em outro estudo feito por Rocha e Moraes (2011), foi apontado que praticamente uma em cada cinco crianças é vítima de maus-tratos físicos graves, como espancamentos, queimaduras e ameaças com faca ou arma, como forma de corrigir um determinado comportamento (Rocha & Moraes, 2011).

Esse tipo de prática educativa utilizada está baseada no estilo parental autoritário e negligente, em que são permitidos métodos coercitivos na resolução de conflitos e não há responsividade. Essa prática pode deixar algumas consequências com efeitos imediatos como hematomas e contusões por conta das agressões físicas; fracasso acadêmico, dificuldades de aprendizagem, sentimentos de medo, raiva, culpa e outros no decorrer da vida, como ansiedade, depressão, ideação suicida, reprodução de atos violentos, isolamento social, transtornos psiquiátricos, doenças somáticas, entre outros (Scheck, 2016; Moreira & Souza, 2012; Brasil, 2010). É importante evidenciar que, na violência psicológica, os danos acontecem de maneira lenta e silenciosa, pois é mais difícil de identificar esse tipo de violência (Day et al., 2003).

### **Compreensão da violência pelos profissionais de saúde**

Por meio da leitura dos artigos, foi observado que existe uma dificuldade de os profissionais de saúde identificarem os sinais de violência; primeiro, por falta de conhecimento dos tipos de violência, muitas vezes, os profissionais que se defrontam com o problema não estão preparados para reconhecê-lo, sentindo-se inseguros para lidar com esse tipo de situação; e segundo, por ficarem mais atentos aos sinais físicos e identificarem apenas a violência mais explícita: a física (Scheck et al., 2016; Costa et al., 2015; Cocco et al., 2010; Matias et al., 2013; Ramos & Silva 2011).

A negligência, que é um tipo de violência intrafamiliar, foi vista pelos profissionais como uma forma de descuido por parte da família, e não como uma forma de violência. Os profissionais precisam ficar atentos aos sinais além das palavras, observando as expressões e os gestos manifestados pelas crianças e pelos adolescentes (Brasil, 2010; Costa et al., 2015).

Existe uma ficha de notificação/investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências lançada pelo Ministério da Saúde, que possibilita a notificação dos diversos tipos de violência (Brasil, 2012). Mas foi visto que alguns profissionais de Estratégia Saúde da Família (ESF) desconhecem essa ficha (Costa et al., 2015). Esse documento mostra o aumento da violência, o dado epidemiológico do problema, como também permite desenvolver políticas públicas voltadas para a prevenção dos casos de violências (Costa et al., 2015). Foi percebido também que alguns profissionais têm receio em fazer a notificação, pois ficam com medo de sofrerem represálias por parte dos agressores (Saraiva et al., 2012; Matias et al., 2013; Costa et al., 2015; Nascimento Rocha, 2011; Ramos & Silva, 2011).

É importante que essa temática seja apresentada aos profissionais desde a formação acadêmica, pois assim terão conhecimento para identificar todos os tipos de violência e como agir diante de tal situação (Costa et al., 2015; Matias et al., 2013; Magalhães et al., 2017; Ramos & Silva, 2011).

### **Considerações Finais**

Durante o processo de busca por artigos, houve uma dificuldade para encontrar produções empíricas necessárias para a pesquisa na área da Psicologia, obtendo destaque, nos últimos 10 anos, produções no campo da Enfermagem por esta assumir uma função nas unidades de saúde da família e estar mais próxima à comunidade, possibilitando, assim, identificar a violência; mas o que se mostrou nos artigos foi a dificuldade de os profissionais perceberem algum tipo de violência intrafamiliar, sendo reconhecida por alguns a violência física por estar mais explícita.

Outro fator relevante encontrado nos artigos foi o uso da violência física como algo naturalizado, pois se notou que ainda existe uma crença familiar de que a prática coercitiva pode ser usada como uma forma de educar e punir. Dessa forma, entende-se que se torna delicado falar sobre esse assunto, pois se deve levar em consideração o significado que cada família tem em relação à violência, muitas vezes aprendida também como uma forma de cuidado e amor. Ao analisar a negligência como violência, temos que observar a situação econômica que a família vive.

Diante desses fatores mencionados, os profissionais da saúde – incluindo a Psicologia – precisam estar atentos a essas questões, ampliando o olhar para além da violência, buscando entender o processo a qual levou esse ato. Faz-se importante que haja mais pesquisas na área da Psicologia

que retratem como a violência intrafamiliar pode afetar as crianças e os adolescentes, já que essa estuda o campo psíquico, comportamental e as relações humanas, tendo, como compromisso, a promoção de saúde e, também, levar informações para as famílias e profissionais sobre a violência intrafamiliar.

## Referências

- Adas Saliba Garbin, C. et al. (2012, abril). A violência familiar sofrida na infância: uma investigação com adolescentes. *Psicol. rev.*, 18(1), 107-118.
- Antoni, C. de & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas psicol.*, 18(1), 17-30.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (2010). *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Boing, E. & Crepaldi, M. A. (2016, março). Relação pais e filhos: compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. *Educ. rev.* (59), 17-33.
- Carinhanha, J. I. & Penna, L. H. G. (2012, março). Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. *Texto contexto – enferm.*, 21(1), 68-76.
- Costa, D. K. G. da et al. (2015). Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Trab. educ. saúde*, 13, supl. 2, 79-95.
- Day, V. P. et al. (2003, abril). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr.*, 25, supl. 1, 9-21.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000, dezembro). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estud. psicol.*, 5(2), 347-381.
- De Antoni, C., Martins-Teodoro, M. L., & Koller, S. H. (2009, setembro). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Univ. Psychol.*, 8(2), 399-412.
- Fonseca, R. M. G. S. da et al. (2012). Reincidência da violência contra crianças no Município de Curitiba: um olhar de gênero. *Acta paul. enferm.*, 25(6), 895-901.

- Machado, J. C. et al. (2014, setembro). Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. *Saude soc.*, 23(3), 828-840.
- Maia, R. C. et al. (2017). Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. *Psic.: Teor. E Pesq.*, 33, e33312.
- Magalhaes, J. R. F. de et al. (2017). Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto contexto – enferm.*, 26(4), e1730016.
- Magalhaes, J. R. F. de et al. (2017). Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. *Esc. Anna Nery*, 21(1), e20170003.
- Matias, S. dos S., Nascimento, E. G. C. do, & Alchieri, J. C. (2013, outubro). A Percepção dos Profissionais da Estratégia Saúde da Família sobre as Implicações da Violência intrafamiliar em Crianças e Adolescentes. *Saúde Transform. Soc.*, 4(4), 38-46.
- Ministério da Saúde (2016). *Violência faz mal à saúde* (1a ed. Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Moreira, M. I. C.; Souza, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *Revista O Social em Questão*, ano XV, (28), 13-26.
- Nascimento Rocha, E. et al. (2011). Desvelando a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: enfrentamentos dos Agentes Comunitários de Saúde. Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, 35(88), 63-72.
- Ramos, M. L. C. O.; Silva, A. L. da. (2011, março). Estudo sobre a violência doméstica contra a criança em unidades básicas de saúde do município de São Paulo – Brasil. *Saude soc.*, 20(1), 136-146.
- Rocha, P. C. X. da; Moraes, C. L. (2011, julho). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciênc. saúde coletiva*, 16(7), 3285-3296.
- Rosa, E. M.; Lira, M. O. de S. C. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: rede de apoio e superação. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, 22(2), 246-252.
- Schek, G. et al. (2016, outubro). Os profissionais e a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre os preceitos legais e conceptuais. *Rev. esc. enferm.*, 50(5), 779-784.
- Weber, L. N. D. et al. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicol. Reflex. Crit.*, 17(3), 323-331.